

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ SETOR LITORAL

VIVIANE PEREIRA DA SILVA

A MULHER NO MUNDO DO TRABALHO

**MATINHOS
2014**

VIVIANE PEREIRA DA SILVA

A MULHER NO MUNDO DO TRABALHO

Trabalho apresentado como requisito parcial para conclusão do curso de Especialização em Questão Social na Perspectiva Interdisciplinar, da Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral.

Orientadora: Profª. Drª. Giselle Ávila Leal de Meirelles

MATINHOS
2014

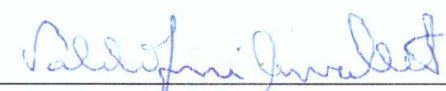
PARECER DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Os membros da Banca Examinadora designada pela Orientadora, Professora Doutora **GISELLE ÁVILA LEAL DE MEIRELLES**, realizaram em **15/12/2014** a avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da estudante **VIVIANE PEREIRA DA SILVA**, sob o título "**A MULHER NO MUNDO DO TRABALHO**", sendo quesito parcial para obtenção do Título de *Especialista em Questão Social pela Perspectiva Interdisciplinar* pela Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral, tendo recebido conceito "APL".

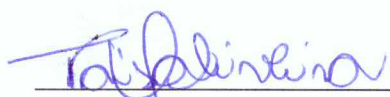
Matinhos, 15 de dezembro de 2014.




Prof.ª. Dra. Giselle Ávila Leal de Meirelles



Prof. Dr. Valdo José Cavallet



Prof.ª. MSc. Taísa da Motta Oliveira



VIVIANE PEREIRA DA SILVA
Estudante

Conceitos de aprovação
APL = Aprendizagem Plena
AS = Aprendizagem Suficiente

Conceitos de reprovação
APS = Aprendizagem Parcialmente Suficiente
AI = Aprendizagem Insuficiente

OBSERVAÇÃO:

CASO O(A) ESTUDANTE SEJA ORIENTADO(A) A REFORMULAR SEU TRABALHO, DEVE-SE REGISTRAR NO VERSO OS REQUISITOS APONTADOS PELA BANCA PARA O ACEITE FINAL DO TRABALHO.

474

A MULHER NO MUNDO DO TRABALHO

*Viviane Pereira da Silva*¹
*Giselle Ávila Leal de Meirelles*²

RESUMO

Este artigo busca realizar uma análise reflexiva a partir de uma revisão bibliográfica sobre a condição da mulher no mundo do trabalho. O tema estruturou-se em duas etapas: a primeira etapa busca compreender a historicidade do trabalho feminino que teve suas raízes na sociedade patriarcal, escravocrata, marcada pela exclusão social, exploração, opressão, racismo, sexismo e por discriminação de classe. Num segundo momento verificou-se através de dados estatísticos as desigualdades de gênero no mundo do trabalho. Apesar dos avanços dos direitos trabalhistas, as relações de gênero ainda são expressivas e marcadas por significativas desigualdades produzidas e reproduzidas em uma sociedade competitiva que prima pelo individualismo e pelo desenfreado acúmulo de riquezas.

Palavras-chave: Mulher – Trabalho – Desigualdade de gênero.

ABSTRACT

This article consists on a reflective analysis of a literature review on the status of women in the working world. The subject was separated in two stages: the first stage is an analysis to understand the historicity of women's work originated in the patriarchal, enslaver, marked by social exclusion, exploitation, oppression, racism, sexism and class discrimination. The second stage encompassed gender inequalities in the working world through statistical analysis. Despite the advances in labor rights, gender relations are still significant and marked by significant inequalities produced and reproduced in a competitive society that strives for individualism and unbridled accumulation of wealth. In this perspective this research aimed to contribute to the stablishment of new actions and strategies these spaces and to provide advances to woman exposed to this reality.

Key Words: Women – Labour – Gender Inequality.

¹ Graduação em Serviço Social pelas Faculdades Integradas do Brasil – UNIBRASIL (2012); Pós-Graduação em Questão Social em uma Perspectiva Interdisciplinar pela UFPR (em fase de conclusão). Endereço eletrônico: prvivi@hotmail.com

² Professora Adjunta da UFPR Setor Litoral. Doutora em Serviço Social pela Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ (2014). Mestre em Sociologia Política pela Universidade Federal do Paraná – UFPR (2003). Especialista em Trabalho e Educação pela Universidade Federal do Paraná – UFPR (2000). Graduada em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUC/PR (1983). Endereço eletrônico: gimeirelles@ufpr.br

1. INTRODUÇÃO

Para apresentar a discussão sobre a condição da mulher no mundo do trabalho é preciso resgatar, ainda que brevemente, o percurso da exploração capital/trabalho que acompanha a historicidade das relações sociais de produção da mulher.

O trabalho faz parte da vida de homens e mulheres, porém a história da mulher no mundo do trabalho é marcada por discriminação, opressão, preconceito, desigualdades e jornadas mais extensas de trabalho. Observamos que o ingresso da força de trabalho feminino na produção capitalista se deu expressivamente devido às suas características, consideradas peculiares, tais como amabilidade, aceitação, habilidades com as mãos etc. A força de trabalho feminina foi, juntamente com crianças e jovens, historicamente destinada a trabalhos insalubres e subvalorizados.

A mulher na contemporaneidade ainda enfrenta desigualdades de gênero no mundo do trabalho, persistindo inclusive, a discriminação salarial. Os homens tendem a receber remuneração salarial superior à das mulheres em espaços idênticos; a ocupação por mulheres em cargos de menor qualificação e também menos remuneradas em relação aos cargos ocupados por homens e a dificuldade de ascensão profissional das mulheres.

Sabemos que as relações são permeadas por um conjunto de fatores sociais, culturais, econômicos, de crença, modo de produção, relação de classe etc., estabelecendo a forma pela qual os indivíduos se relacionam entre si, com o meio e com os meios de produção, determinando seu modo de vida.

2. CONSIDERAÇÕES SOBRE A MULHER NO MUNDO DO TRABALHO.

Ao pesquisarmos sobre a condição feminina na Idade Média, observamos que a história da humanidade foi marcada pela violência e pela exploração do homem pelo homem³. Segundo Nogueira (2004), naquele período havia uma divisão do trabalho feminino por categoria. Ou seja,

as mulheres solteiras desenvolviam as tarefas de lavar e tecer, as mulheres que eram mães ocupavam-se com os cuidados relativos às crianças pequenas, já as mulheres de meia idade entretinham-se com os adolescentes e com as tarefas da cozinha, dentre outras tarefas reprodutivas (NOGUEIRA, 2004, p. 6).

³ Para Fuhrer & Fuhrer (2009), “a história do trabalho humano é uma história de terror. A primeira civilização conhecida já era escravocrata, há mais de 5.000 anos. A própria palavra “trabalho” tem origem em *tripalium*, do latim vulgar, que era um instrumento de tortura composto de três paus. Trabalhar (*tripaliare*) nasceu com o significado de torturar ou fazer sofrer” (FUHRER & FUHRER, 2009, p. 17).

Havia ainda um desdobramento social na divisão do trabalho entre as próprias mulheres: as mulheres dos camponeses e servos eram as que mais trabalhavam, pois além de atuarem com seus maridos nas atividades da agricultura, também eram responsáveis pelas tarefas domésticas.

Nogueira (2004) nos fala ainda, que nos séculos precedentes a divisão social do trabalho também estava correlacionada a uma questão de gênero⁴, no qual cabia a mulher os cuidados da casa, alimentação e higiene. Quando inseridas no mercado de trabalho, eram sujeitas a humilhações e abusos dos patrões ou companheiros. O trabalho era mal remunerado ou não remunerado, sendo esta a realidade para muitas mulheres pobres, negras e de baixa escolaridade, caracterizando a exploração da força do trabalho feminino (NOGUEIRA, 2004, p.6).

Notamos que o tecer da historicidade do trabalho feminino na sociedade patriarcal e escravocrata foi marcada pelo machismo, pela exclusão, exploração, opressão, racismo, sexismo e por discriminação de classe. Numa polarização de classes, por exemplo, encontramos subdivisões da força de trabalho feminina numa configuração em que as mulheres negras e escravas eram responsáveis pelos serviços domésticos e em sua maioria sofriam exploração sexual. Já as mulheres brancas senhoriais também eram submetidas ao poder patriarcal, porém estavam desobrigadas do trabalho doméstico.

Na maioria dos casos, as mulheres casavam-se virgens, antes dos vinte anos de idade e ainda muito novas tinham seus filhos. Não podiam ter vida social desacompanhadas e eram responsáveis pela tarefa de supervisão das atividades das escravas na casa; as mulheres brancas livres e pobres desenvolviam a atividade de empregadas domésticas para aquelas famílias que não possuíam escravos, sendo muito mal remuneradas. Devido ao preconceito social sofrido e pela baixa remuneração, muitas vezes comercializavam o próprio corpo para prover sua subsistência e de seus filhos. Por fim, um conjunto de representações e relações sociais, econômicas e políticas que marcaram a mulher como um ser inferiorizado e de menor prestígio social, independente de sua posição ou classe social.

⁴ Importante elucidarmos o termo *Gênero* como categoria de análise, sendo um conjunto de características, papéis, atitudes, valores, idéias, representações, normas, prescrições, atribuições e símbolos construídos sócio-culturalmente com base nas diferenças sexuais, colocando-se como um dever para mulheres e homens. Impõe-se a cada sexo por meio do processo de socialização e configuram sua identidade em masculina e feminina. A categoria gênero é constituída através de processos históricos sociais, no qual estabelece parâmetros de diferenciação entre os seres em femininos e masculinos, decorrentes do processo de normalização dos comportamentos. Faz-se necessário compreender a opressão das mulheres pela condição de seu sexo e da posição privilegiada dos homens no exercício do poder com base na diferença sexual (SAFFIOTI, 2013, p. 257).

Diante do exposto, compreendemos que a condição feminina é determinada historicamente tendo suas raízes no sistema patriarcal e escravagista, tendo sua maior expressão no trabalho doméstico, sendo este, junto com a maternidade, o principal papel que a mulher desempenha nas relações familiares até a contemporaneidade. Para Nogueira (2004), “desta maneira, a ênfase na historicidade das relações sociais permite-nos compreender que a família⁵ é um fenômeno social, e que a divisão social do trabalho gera uma forma de divisão sexual entre as ditas funções femininas e masculinas” (NOGUEIRA, 2004, p.5).

Entendemos que a família é um espaço de relações produzidas e reproduzidas, permeadas por influências empíricas, culturais, sociais, econômicas, étnicas, de crença, signos, etc., sendo ela própria construída nas relações socialmente vivenciadas, dialogando com o universo social e com os sujeitos que a compõe.

Em termos jurídicos, vale lembrar que na Constituição Federal de 1988 foi suprimida a noção de que o casamento era fonte única e exclusiva da formação da família. O artigo 226 da Constituição versa o seguinte: “A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.”, sendo que dispõe em parágrafo subsequente o seguinte: “§ 4º - Entende-se, também, como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes” (Constituição Federal, 1988).⁶

Contudo, numa contextualização histórica, pode-se entender que a constituição da família e sua responsabilidade pela produção e reprodução social dos filhos consolida a primeira divisão do trabalho entre homens e mulheres, o que coincide com o desenvolvimento do antagonismo da monogamia, em seu processo histórico como uma das primeiras formas de domínio do feminino pelo masculino. Evidentemente que o processo civilizatório corroborou para a aceitação e naturalização desse domínio.

⁵ Entende-se que a família é constituída pelas relações de afeto. A palavra afeto vem do latim tem o significado de produzir impressão, operar, agir, produzir, ocar, comover o espírito e, por extensão, unir, fixar, definição bem diferente da antiga conceituação de que família era tão somente aquela biológica e advinda do casamento. Com o advento da Constituição de 1988 e a consagração dos princípios da igualdade, da solidariedade e da dignidade, a família recebeu novos contornos, sendo considerada base da sociedade e merecedora de proteção Estatal. No entanto, a Constituição Federal, assim como a legislação infraconstitucional não definiu o que é família, apenas referindo-se a esta, no artigo 226, como entidade familiar, concepção aberta que permite diferentes formatações. (Reflexões acerca do atual conceito de família. Disponível em: <http://www.simposiodedireitoeuepg.com.br/2014/> Acesso em: 28/09/2014).

⁶ “Com a realidade social atual é possível ver que existem novas noções de família, como a homoafetiva, anaparental, mosaico ou pluriparental, paralela e eudomonista. Atualmente, o direito a ser resguardado é de todas estas famílias, que tem novos direitos a partir da Constituição, que não conceituou o que vem a ser família deixando para outras ciências como a psicologia fazer esta conceituação” (Novo Conceito de Família. Disponível em: <http://patricioadvogados.jusbrasil.com.br> Acesso em: 10/10/2014).

Para explicar o significado de *antagonismos da monogamia* nos remetemos a Castro (2014), quando analisa que

a família monogâmica tem no homem o provedor e dele a mulher deve aceitar a superioridade e respeitar, mas somente na sua presença, pois, quando ausente, ela assume o papel de cuidar das crianças com a violência e ameaça peculiar à sociedade de classes e de dar ordens aos serviços (CASTRO, 2014, p.266).

A formação do modelo familiar conservador conta ainda, com os pilares da Igreja Católica e sua imposição da monogamia. Esse modelo burguês previa um número considerável de filhos, por não ser admitido o uso de métodos contraceptivos, o que se desdobra na submissão da mulher não somente ao seu marido ou companheiro, mas também, aos interesses do Estado e da sociedade capitalista. As palavras de Saffioti (2013) são elucidativas. De acordo com ela,

a tradição de submissão da mulher ao homem e a desigualdade de direitos entre os sexos não pode, contudo ser vista isoladamente. Sendo a família a unidade econômica por excelência nas sociedades pré-capitalistas, a atividade trabalho é também desempenhada pelas mulheres das camadas menos privilegiadas. Embora não se possa falar em independência econômica da mulher (esta é uma noção individualista que nasce com o capitalismo), pois o trabalho se desenvolvia no grupo familiar e para ele, o mundo econômico não era estranho à mulher. Não se trata de indagar aqui se o seu papel econômico lhe assegura posição social compensatória de sua submissão ao centro de decisões da família: o homem. Trata-se, isto sim, de indagar se, não obstante sua incapacidade decisória, a mulher encontra via de integração nas sociedades pré-capitalistas. (SAFFIOTI, 2013, p. 63)

Observamos antagonismos e contradições da sociedade de classes, com claro domínio patriarcal. O período da Revolução Industrial⁷ foi marcado por grandes mudanças políticas, religiosas e culturais, modificando expressivamente as relações entre o homem e a mulher, pois as mulheres passaram “a reivindicar liberdade para o uso de sua razão, enquanto

⁷ No período da revolução industrial, a utilização da força de trabalho feminino e infantil passou a ser conveniente ao capital, pois à medida que as máquinas “substituíram” a força muscular, passou-se então a utilizar trabalhadores sem força muscular ou com pouco desenvolvimento corporal, porém, com membros de maior flexibilidade e maior habilidade e destreza com as mãos. O trabalho exigia mãos pequenas e habilidosas e a utilização de determinadas máquinas não necessitava propriamente da força muscular masculina. Devido a esses fatores, somados à desvalorização, baixa remuneração dessa força de trabalho e ausência de direitos trabalhistas, ocorreu a grande inserção de mulheres e crianças nas indústrias. Nesse processo, Marx (1984) em *O Capital* denuncia a exploração e a discriminação de mulheres e crianças pelo capitalista industrial por jornadas de trabalho prolongadas e exaustivas, salários inferiores, insalubridade, situação de sanidade mental intolerável e escravização. Em uma passagem, o autor traz o seguinte relato de uma mulher: “No último inverno trabalhávamos até 9 horas da noite e no inverno anterior, até as 10 horas. No inverno passado, eu costumava gritar quase todas as noites devido à dor causada pelos meus pés feridos”. Em outra passagem, “trabalhamos sem interrupção para as refeições, de modo que o trabalho diário de 10 1/2 horas está terminado às 4 1/2 horas da tarde e tudo o que vem depois é sobre trabalho” (MARX, 1984, p. 361-2)

pensamento crítico, como também o seu espaço no mundo das reflexões políticas, filosóficas e científicas” (NOGUEIRA, 2004, p.7).

No período da Primeira Guerra Mundial os homens tiveram que ir para as frentes de batalha guerrilhar deixando uma lacuna, ou seja, ocorreu a escassez da força de trabalho masculina, marcando um período de maior participação feminina no mundo do trabalho com o objetivo de suprir as necessidades do mercado de trabalho. As mulheres e as crianças passaram a operar no mercado de trabalho para que as economias dos países não parassem.

Porém, a força de trabalho feminina não foi reconhecida ou valorizada da mesma forma que a masculina. Para os empregadores e, mesmo para a sociedade em geral, ainda prevalecia a idéia de que as mulheres não precisavam sustentar a si e as suas famílias com seu salário, pois este era o papel que deveria ser desenvolvido por um homem, o “chefe da família”, justificando assim o fato de serem inferiormente remuneradas. Quando os homens retornavam das batalhas as mulheres iam perdendo seus postos de trabalho, porque a mídia e outras instituições começavam a propagar que elas deveriam ceder seus cargos para os homens e voltar para seus afazeres domésticos, conservando a concepção de que o lugar da mulher é o de dona-de-casa.

Dito de outra forma, mesmo com a necessidade da força de trabalho feminina, a sociedade reforçava o pensamento de que a felicidade e realização pessoal das mulheres deveriam ser adquiridas através do casamento, consolidando sua posição social e garantindo sua estabilidade e prosperidade econômica. Como afirma Saffioti (2013),

Sob a capa de uma proteção que o homem deveria oferecer à mulher em virtude da fragilidade desta, aquele obtinha dela, ao mesmo tempo, a colaboração no trabalho e o comportamento submisso que as sociedades de família patriarcal sempre entenderam ser dever da mulher desenvolver em relação ao chefe da família. (SAFFIOTI, 2013, p. 63)

Numa sociedade capitalista, onde sobressai a exploração capital/trabalho pautada na opressão e desumanização das relações sociais, o sujeito torna-se uma mercadoria como outra qualquer, vendendo a sua força de trabalho para garantir a sua produção e reprodução social. Segundo Iamamoto (2008),

É na vida em sociedade que ocorre a produção. A produção é uma atividade social. Para produzir e reproduzir os meios de produção, os homens estabelecem determinados vínculos e relações mútuas, dentro e por intermédio dos quais exercem uma ação transformadora da natureza, ou seja, realizam a produção. A produção do indivíduo isolado é uma abstração. A relação entre os homens na produção e na troca de suas atividades varia de acordo com o nível de desenvolvimento dos meios de

produção. Tais relações se estabelecem, portanto, em condições articulam-se de forma específica. Assim sendo, a produção social é essencialmente histórica. Aqui, trata-se de uma produção social na sua especificidade: a produção capitalista. (IAMAMOTO, 2008, p. 29-30)

Aqui, é importante lembrar que Marx já indicava que o trabalho é a categoria fundante da sociabilidade humana. É a partir do trabalho, em sua cotidianidade, que o homem se torna ser social, diferenciando-se dos animais. Esta distinção constitui a ontologia do ser social, em que, o homem atuando sobre a natureza externa modifica-a e ao mesmo tempo modifica sua própria natureza.

Marx (1984) entende o trabalho como fundamento da vida humana, como condição da própria existência do homem, ou seja, como centralidade da vida social. O homem existe e se faz à medida que produz sua existência, quer dizer, à medida que se constrói, constrói o mundo e faz história pela via do trabalho. De acordo com suas palavras,

Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. (MARX, 1984, p. 297).

Ao analisar as relações sociais de produção capitalista na contemporaneidade, Antunes (2005) dá ênfase aos processos de precarização do trabalho. Primeiramente, ele discorre que o trabalho pode ser visto de duas maneiras antagônicas, ou seja, “pode ser visto como instrumento de tortura ou um momento de punição, uma expressão de vida e degradação, criação e infelicidade, atividade vital e escravidão, felicidade social e servidão” (ANTUNES, 2005, p. 10). Depois, o autor se refere às contradições das relações de trabalho, sobretudo a precarização e a informalização a que está submetida imensa parcela da classe trabalhadora, tanto aqueles que estão empregados, quanto aqueles que estão desempregados. Neste caso, o autor está se referindo a reestruturação produtiva em curso.

Nesse contexto de reestruturação produtiva do capital, em relação à desigualdade de gênero no mundo do trabalho, a Organização Internacional do Trabalho – OIT⁸, ao analisar a

⁸ As Notas da OIT sobre trabalho e família baseiam-se na série Work and Family Information Sheets do Programa sobre Condições de Trabalho e Emprego (TRAVAIL). Sua tradução e adaptação ao contexto da América Latina e do Caribe foram realizadas pelo Programa Regional de Gênero e Trabalho Decente. A adaptação para o português foi realizada no âmbito do projeto “Gender equality within the world of work”,

condição de trabalho da mulher considera que cuidar de filhos, filhas e outras pessoas dependentes e, simultaneamente, realizar diferentes tarefas domésticas, pode constituir uma barreira importante para o acesso da mulher ao mercado de trabalho, pois esta sobrecarga restringe suas opções de emprego e limita a sua capacidade de gerar renda. O documento afirma que “geralmente as mulheres são prejudicadas já que, na maioria das sociedades, essas responsabilidades recaem desproporcionalmente sobre elas” (OIT, 2009, p.157).

A OIT (2009) esclarece que em muitas famílias com dupla fonte de renda, um dos membros do casal, geralmente o homem, tende a continuar sendo considerado o trabalhador “ideal”, ou seja, tende a trabalhar sem ter que enfrentar limitações domésticas e familiares. O outro membro, geralmente a mulher, busca oportunidades de trabalho compatíveis com suas responsabilidades familiares, ou seja, busca um emprego em tempo parcial, por conta própria ou no próprio domicílio, sua renda, portanto, tende a ser mais baixa.

Para a OIT, as mulheres que são chefes de família enfrentam maiores dificuldades em conciliar trabalho e família e, assim, maiores dificuldades em receber melhor remuneração. Em sua maioria, são de lares mais carentes. De acordo com a OIT (2009), essa divisão do trabalho no interior das famílias é particularmente acentuada pelos seguintes fatores:

- “• Estereótipos tradicionais que associam o papel de cuidadora à “função natural da mulher”;
- Ausência e/ou insuficiência de serviços públicos de apoio acessíveis e convenientes, como creches, horários escolares compatíveis com as jornadas de trabalho, assistência a adultos ou pessoas idosas, com deficiência ou doença;
- Exigências dos locais de trabalho, que muitas vezes impedem que ambos os membros do casal dediquem mais tempo a eles próprios e às suas famílias” (OIT, 2009, p. 160)

O relatório do Organismo Internacional complementa afirmando que

os empregadores podem ter dúvidas no momento de contratar mulheres para desempenhar determinadas funções – que em muitos casos são as que oferecem melhores perspectivas em termos de carreiras, e também em relação a investir na sua formação profissional. A dúvida de contratar ou não mulheres se baseia na premissa de que suas responsabilidades familiares atuais ou futuras gerarão problemas ou custos. Assim, as mulheres podem ser penalizadas pelas responsabilidades familiares devido à persistência de um estereótipo que alimenta questões em relação ao seu profissionalismo no desempenho de tarefas a elas designadas em razão de conflitos entre suas responsabilidades familiares e condições de trabalho (OIT, 2009, p.170)

3. AS DESIGUALDADES DE GÊNERO NO MUNDO DO TRABALHO

O processo de produção capitalista promove relações sociais contraditórias, sobressaindo às desigualdades de gênero, que como já visto, está enraizada no sistema patriarcal, ou seja, as desigualdades de gênero no mundo do trabalho são socialmente produzidas e reproduzidas ao longo dos tempos.

Mesmo diante de muitos avanços, ainda são expressivas muitas desigualdades de gênero, especialmente no tocante a valores salariais, colocação em cargos de maior responsabilidade nos espaços sócio-ocupacionais que ocupam e diferenças entre oportunidades e valores salariais de homens e mulheres em cargos semelhantes ou similares.

Nas últimas décadas, as mulheres conquistaram espaços profissionais, sociais, culturais, nas políticas públicas e cargos de representação política que tradicionalmente eram ocupados apenas por homens. Porém, mesmo com as conquistas femininas nos diversos setores da sociedade, ainda existem diferenças bastante significativas quando comparadas com as condições gerais de vida masculina.

O ingresso da mulher no mercado de trabalho brasileiro é um processo contínuo, crescente e definitivo. Este processo altera não somente as características do mercado de trabalho, mas também a tradicional composição familiar, pois tem aumentado expressivamente o número de famílias chefiadas por mulheres. No entanto a inserção feminina no mercado de trabalho tem sido acompanhada de segregações e discriminações que as colocam em condições menos favoráveis no campo sócio profissional.

Nesse processo emancipatório, as mulheres passaram a se defrontar com a dicotomia do masculino e do feminino, ou seja, as virtudes femininas, socialmente produzidas e reproduzidas que lhes foram atribuídas durante séculos, aceitas e incorporadas pelo universo feminino, tais como: doçura, submissão e passividade passaram a ter um novo significado, um novo olhar. O que antes era naturalizado passou a ser visto como atribuições que atuam em detrimento às conquistas e lutas das mulheres no mundo do trabalho e nas relações trabalhistas, principalmente em um sistema competitivo e individualista como o capitalismo que prima pelo acúmulo de riquezas e que exige uma postura mais agressiva e arrojada para com os que estão envolvidos em seu emaranhado de relações.

Para se adaptar e atender as exigências do mercado de trabalho, a mulher também percebeu a necessidade de adotar uma nova postura feminina com vistas à igualdade de competitividade por cargos melhor remunerados, reconhecimento e ascensão profissional. As posturas que outrora foram privativas aos homens, tais como: determinação, firmeza, decisão,

energia etc, passou a ser adotada como uma nova postura feminina, a mulher passou a se preparar intelectualmente e buscar capacitação profissional nas mais diversas áreas. Ela percebeu que era preciso enfrentar uma nova realidade social, pois o mercado de trabalho no sistema capitalista absorve, preponderantemente, mulheres que romperam com os padrões convencionais de gênero, porém mantém as desigualdades salariais e de oportunidades.

Segundo Silva (2011), pensar opostamente às verdades construídas sobre as questões de gênero, nos remete a reflexão acerca do abandono da separação dos sexos biologicamente determinados pela natureza, ou seja,

essa conduta desembocaria no abandono de nossas concepções de ser humano do sexo masculino e suas definições, tais como varão dotado das chamadas qualidades viris, como coragem, força, vigor sexual; macho, marido ou amante; Homem da lei; magistrado, advogado, oficial de justiça; Homem público; da rua, do povo, de Deus, do Estado, das letras, dos negócios. Da mesma forma, cederiam nossas concepções de ser humano do sexo feminino e inúmeras definições de mulher, tais como o ser capaz de conceber e parir outros seres humanos, dotada das chamadas qualidades e sentimentos femininos - carinho, compreensão, dedicação ao lar e à família, intuição; frágil, independente, fútil, amante, companheira, dona-de-casa, das piadas, sedutora, da zona, do amor, da perdição, do objeto sexual. Em troca das definições pré-estabelecidas, como exercício, adotariamos as concepções comuns a todos os seres humanos, homens e mulheres, tais como fortes e fracos; emotivos e racionais; autônomos e dependentes; inteligentes e capazes. Com essa visão, se destacaria a ocupação mútua tanto do espaço público como do privado (SILVA, 2011, p.6).

A autora nos trás a reflexão acerca de uma transformação das definições pré-estabelecidas historicamente e uma revolução no campo do comportamento humano, adotando concepções comuns a todos os seres humanos: fortes e fracos; emotivos e racionais; autônomos e dependentes; inteligentes e capazes, equiparando as desigualdades socialmente produzidas e reproduzidas ao longo dos séculos.

Em relação à desigualdade de gênero no mundo do trabalho, não podemos deixar de mencionar o fator biológico, já citado acima, condição esta natural do ser feminino, no qual a figura feminina e a condição social da mulher foram estigmatizadas e inferiorizadas devido a sua condição biológica, seja por sua menor estatura corporal, força muscular, dimensões do cérebro e o processo reprodutivo. O discurso, tanto no meio científico como na sociedade em geral, embasou o conceito de que a mulher foi feita para ser mãe por ter um útero e amamentar, por possuir condições físicas e funções sociais atribuídas historicamente. Neste sentido, Saffioti (2013) analisa que,

a maternidade envolve sérios problemas para o trabalho da mulher nas sociedades competitivas é um truísmo. Resta saber se as medidas postas em prática significam soluções adequadas quer do ponto de vista do equilíbrio da

personalidade feminina quer do ângulo da sociedade dos imaturos, quer ainda do equilíbrio da sociedade. Já que os problemas de ordem natural são, por assim dizer, tornados sociais pela civilização, é neste nível que suas soluções devem ser encontradas. A maternidade não pode, pois, ser encarada como uma carga exclusiva das mulheres. Estando a sociedade interessada no nascimento e socialização de novas gerações como uma condição de sua própria sobrevivência, é ela que deve pagar pelo menos parte do preço da maternidade, ou seja, encontrar soluções satisfatórias para os problemas de natureza profissional que a maternidade cria para as mulheres. (SAFFIOTI 2013, p. 86)

Na sociedade capitalista, a maternidade não é vista com bons olhos, pois a força de trabalho da mulher nesta condição é menos lucrativa aos interesses do capitalista, devido ao direito à licença maternidade. E por muitas vezes ter que se ausentar de seu posto de trabalho para atender algumas especificidades familiares, como os cuidados com seus filhos e marido nos casos de doenças.

É necessário que sejam rompidas as barreiras do preconceito e das desigualdades de gênero no mundo do trabalho. O modelo sócio-econômico capitalista não contempla a mulher da contemporaneidade, que muitas vezes é a única provedora da família, pessoa de referência econômica, psicológica, emocional e afetiva para os filhos. É preciso políticas públicas que possibilitem soluções para que as mulheres continuem atuando como provedoras, protagonizando suas vidas, sem pagar o preço da maternidade no trabalho.

Nesta direção, Saffioti (2013) acrescenta que

apesar da sociedade possibilitar a licença maternidade remunerada, o que não é nada mais do que uma solução parcial, embora necessária. Os empregadores, em detrimento das mulheres, justificam a subalternidade feminina na hierarquia das empresas, devido a esta descontinuidade do trabalho, optando pela ocupação masculina nos cargos de confiança, alegando deles depender o progresso dos empreendimentos econômicos (SAFFIOTI, 2013, p. 86).⁹

O tema acerca das desigualdades de direitos e oportunidades entre mulheres e homens nas instituições e organizações é um fenômeno tão expressivo que seu enfrentamento se tornou uma das principais bandeiras da Organização Mundial do Trabalho – OIT no ano de 2008. Com relação às pesquisas realizadas pela OIT no Brasil, Meirelles (2014) analisa a dupla jornada do trabalho da mulher pela ótica da exploração capital/trabalho. Diz ela que,

⁹ “Dentre os fatores propriamente sociais que circundam a condição da mulher, o problema do absenteísmo feminino ao trabalho pode ser encarado do mesmo modo. Fatores de ordem natural mesclam-se aqui com fatores de origem nitidamente social. Pesquisas realizadas evidenciam que a mulher tem mais necessidade que o homem de se ausentar do trabalho por motivo de doenças leves. Para agravar este problema, quando o homem adoece, a mulher também não comparece ao local de trabalho, pois se espera que permaneça no lar cuidando do marido, o mesmo ocorrendo quando adoecem os filhos. Tudo isto eleva o absentismo feminino a taxas realmente muito superiores ao masculino” (SAFFIOTI, 2013, p. 87).

Se formos comparar as condições de trabalho feminino com as condições de trabalho masculino, sobretudo levando em conta a dupla jornada de trabalho, chegaremos facilmente à conclusão que a mulher tende produzir mais-valor absoluta em todos os seus momentos laborais. Observe-se que os dados da OIT confirmam que permanece a situação de maior exploração capital/trabalho sobre o trabalho feminino (infantil e juvenil) do que sobre o trabalho do homem adulto, mesmo quando a comparação é realizada no âmbito do trabalho informal. Todavia, dada a maior precarização junto ao trabalho feminino é visível a predominância da superexploração capital/trabalho com a combinação da mais-valor relativa e a mais-valor absoluta, especialmente em trabalhos nos quais existe a tendência à feminização. Esta desigualdade foi apontada pela OIT, que elegeu as desigualdades da área rural e o trabalho doméstico como grandes desafios contemporâneos. (MEIRELLES, 2014, p. 8)

Os estudos de Meirelles (2014) confirmam a persistência de desvantagens para as mulheres em relação aos homens no mundo do trabalho, salientando que elas realizam dupla jornada de trabalho, ou seja, vendem sua força de trabalho ao capital e ao final do expediente de trabalho, retornam a seus lares para realizar o trabalho informal, o trabalho doméstico. Nesse sentido, as mulheres estão em desvantagem comparando com o sexo masculino, que em sua maioria realiza apenas uma jornada de trabalho.

Encontramos dados da Organização Internacional do Trabalho - OIT (2009) sobre o uso do tempo dispendido por homens e mulheres nas tarefas domésticas. Os dados indicam que os homens gastam, em média, 9,5 horas semanais em afazeres domésticos, e as mulheres, 22 horas, evidenciando a desvantagem feminina já mencionada em relação à dupla jornada de trabalho realizada pelas mulheres.

Uma divisão mais igualitária das responsabilidades domésticas e familiares colaboraria, em princípio, para diminuir as desigualdades entre homens e mulheres no mercado de trabalho. Quanto maior o tempo dedicado pelas mulheres com as tarefas domésticas e aos cuidados com a família, maior é o reflexo em seu trabalho produtivo, ou seja, menor o tempo para se dedicar a sua área profissional.

A Fundação Carlos Chagas (2009) afirma haver diferença salarial entre homens e mulheres: “A inserção feminina no mercado de trabalho vem acompanhada, ao longo dos anos, por um elevado grau de discriminação, principalmente no que se refere à diferença salarial entre homens e mulheres” (FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS, 2009, p. 98).

Em nossa pesquisa observamos três vertentes expressivas no que se refere à desigualdade de gênero nas relações do trabalho: a) *a discriminação salarial*. Os homens tendem a receber remuneração salarial superior à das mulheres em espaços idênticos; b) *a ocupação por mulheres em cargos de menor qualificação e também menos remuneradas em relação aos cargos ocupados por homens*; c) *a dificuldade de ascensão profissional das mulheres*.

Com relação à primeira desigualdade destacada, a discriminação salarial em que os homens tendem a receber remuneração salarial superior a das mulheres em espaços idênticos de trabalho, encontramos dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), confirmando que a média dos rendimentos dos homens sempre foi superior ao das mulheres, muito embora a proporção da diferença da renda média tenha diminuído no Brasil, passando de 17,2% para 16,8% entre 2000 e 2009 (DIEESE, ano, p....)

Segundo a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (2012)¹⁰, a média de mulheres brancas recebe 40% menos que os homens para o mesmo trabalho e as mulheres negras chegam a receber 60% menos, tornando visível a estatística da desigualdade por discriminação salarial e também racial.

O DIEESE (2012) aponta que o rendimento médio da mulher é inferior ao do homem. No Brasil uma mulher branca recebe em média 3,2 salários mínimos, quantia aproximada aos 3,3 salários mínimos que um homem negro recebe. A remuneração média de um homem branco é de 4,8 salários mínimos. No entanto, a pior situação é da trabalhadora negra, que ganha em média 2,2 salários mínimos. Evidenciando preconceito, racismo e falta de oportunidade às mulheres negras, que são mais mal remuneradas que as mulheres brancas. Ambas possuem remunerações abaixo da remuneração dos homens negros e dos homens brancos (DIEESE, 2012, p.271).

Para o DIEESE, de maneira geral, as mulheres enfrentam grandes dificuldades no mercado de trabalho, representam mais da metade da população desempregada e, quando ocupadas, recebem rendimentos menores que o dos homens. O Departamento Intersindical considera a discriminação de gênero um fator determinante para as possibilidades de acesso, permanência e condições de trabalho.

O DIEESE (2012) esclarece ainda, que a desigualdade de rendimentos no setor assalariado privado foi maior entre os empregados com carteira assinada, comparativamente aos sem carteira. A jornada de trabalho feminino foi menor em todas as posições de ocupação.

¹⁰Disponível em: <http://portal.mte.gov.br> Acesso em: 26/02/2015.

As diferentes jornadas, a desigualdade de rendimentos por hora trabalhada entre os sexos reduziu-se em quase todas as posições ocupacionais, a exceção ficou por conta da categoria de empregadores, na qual se ampliou o hiato entre os rendimentos por sexo. Contudo, se mantiveram as diferenças observadas no rendimento médio das distintas formas de inserção quando comparadas por gênero. A posição de empregados domésticos, tipicamente feminina, continua apresentando o menor valor de rendimento médio dentre as formas de inserção no mercado de trabalho em 2012. Destaque para as diaristas, que mesmo aumentando em 15,0% sua remuneração média real em 2012, quando comparado com 2011, auferiram apenas 35,1% do rendimento médio mensal (DIEESE, 2012, p. 250).

Dados do DIEESE 2012, que esclarecem a discriminação por ocupação de mulheres em cargos de menor qualificação e também menos remuneradas em relação aos cargos ocupados por homens, no qual 28% estão em desvantagem em relação aos homens. Dados do IBGE 2003 apontam que a proporção de mulheres dedicadas aos trabalhos domésticos é de 19,2% e que não recebem remuneração por este trabalho é de 5,9%, muito superior ao dos homens, que configuram 0,8%.

De acordo com o DIEESE (2012), a necessidade de transformar as condições nas quais as mulheres se inserem e estão inseridas no mercado de trabalho, constitui-se em um desafio relevante para a construção de novas relações sociais. Encontramos exemplo desta afirmação no Estado de Salvador, no qual 73% das mulheres inseridas no mercado de trabalho com carteira assinada atuam no Setor de Serviços com média salarial feminina de oitocentos reais (R\$800,00), e média salarial masculina, ocupando o mesmo espaço, é de um mil e seiscentos reais (R\$1.600,00) (DIEESE, 2012, p. 260).

Historicamente, a abordagem por sexo revela que as mulheres enfrentam grandes dificuldades no mercado de trabalho, tanto para conseguir uma ocupação quanto para mantê-la e, principalmente, por auferir rendimentos menores que os homens.

Os cargos com os melhores salários ainda são ocupados por homens nas empresas e organizações privadas e estatais. As mulheres estão representadas em menor quantidade nesses espaços, são 4,3%, frente a 5,7% entre os homens (IBGE/PNAD, 2011).

Dados do ano de 2008 da OIT Brasil apontam que as mulheres e os negros estão mais presentes nas ocupações informais e precárias e as mulheres negras estão em sua grande maioria no emprego doméstico. As trabalhadoras domésticas representavam 20,8% do total da ocupação feminina correspondendo, em termos numéricos, a 11,2 milhões de mulheres, em sua maioria, negras. Entre as mulheres negras 25,1% estão no trabalho doméstico. O trabalho doméstico é caracterizado pela precariedade: no mesmo ano, somente 26,8% do total de

trabalhadores/as domésticos/ as tinha carteira de trabalho assinada, e entre as trabalhadoras domésticas negras, este percentual é ainda menor: 24%.

Segundo a Secretaria de Políticas para as Mulheres (Brasília-DF, 2013), O Brasil participou de todas as Conferências Internacionais das Nações Unidas cujo tema foi os direitos das mulheres e assinou os documentos resultantes dessas conferências, o que ressalta o compromisso do Estado brasileiro na promoção da igualdade de gênero. Em 2012, 37% dos estados brasileiros possuíam planos estaduais de políticas para as mulheres, o que indica a ampliação dos compromissos do Estado brasileiro com a promoção da igualdade de gênero.

A maior desigualdade foi constatada em São Paulo, onde o rendimento feminino alcançou somente 77,0% do masculino. Dados do Panorama Laboral do ano de 2014 apontam que no Brasil 68% do mercado de trabalho é ocupado por homens. O fato de existir, a prevalência, em sua maioria, de homens nas mesas de negociações e a prevalência, em sua maioria, de homens dentro dos sindicatos e espaços de decisão política comprova a dificuldade de ascensão feminina nos espaços de melhor colocação no mercado de trabalho e no cenário político nacional.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observamos durante a construção deste trabalho a necessidade de reflexão acerca do papel da mulher e do homem na família, na sociedade e no mercado de trabalho e da expressiva presença feminina no mundo do trabalho, motivada e impulsionada, entre outros motivos, pela necessidade de compor a renda familiar e a busca da desejada independência profissional e financeira.

Notamos que apesar das conquistas femininas ao longo da história, é persistente a desigualdade das mulheres no mundo do trabalho, principalmente no tocante à desigualdade de remuneração, o que dificulta a autonomia econômica dessas mulheres e o empoderamento feminino. As mulheres precisam gerar renda com seu trabalho para satisfazer as necessidades de suas famílias, muitas vezes as mesmas são as únicas provedoras de suas famílias, e para isso é preciso que seus dependentes crianças, adultos, pessoa idosas e/ou deficientes físico ou mental sejam cuidados e que estejam em segurança enquanto cumprem suas jornadas de trabalho.

Um novo modelo de conciliação entre o trabalho e a família se faz necessário, o que pressupõe uma nova forma de entender as responsabilidades familiares como uma função que diz respeito à manutenção e reprodução da sociedade. Este novo modelo deve ter suas bases

na corresponsabilidade social pelas atividades de cuidados. Os governos têm um papel preponderante na configuração das políticas públicas e na criação de um clima social que favoreça o diálogo e as mudanças capazes de promover uma maior conciliação entre o trabalho e a família. Medidas para facilitar a conciliação da vida laboral e familiar são necessárias para o alcance dos avanços na promoção da igualdade de gênero e do trabalho dignificante.

No Brasil o movimento União Brasileira de Mulheres – UBM se dedica na luta intransigente pela igualdade dos direitos da mulher e questiona o fato de existir, a prevalência de homens nas mesas de negociações e a prevalência de homens dentro dos sindicatos e espaços de decisão política! Se por um lado, com suas lutas as mulheres conquistaram alguns direitos, que amenizaram suas condições de vida e a relação de opressão exercida pelo homem, por outro, vale ressaltar: esses direitos encontram-se dentro dos limites da política, da igualdade formal, no âmbito da cidadania que o capital pôde ou quer conceder.

Acreditamos que o processo de conquista de maior igualdade entre homens e mulheres requer uma luta contra o seu maior opressor, o capital, visto que este sistema tem suas bases na desigualdade, opressão e individualismo. A luta feminina só poderá conquistar uma mera igualdade formal em relação aos homens quando a sociedade repensar um modo de produzir que não se beneficie dos atributos físico-psicológicos e da subordinação histórica da mulher na família. Portanto, é preciso ir além para que se construa novos valores e novas formas de relacionamento entre os seres humanos e destes com a natureza e o meio, com suas raízes na equidade, igualdade de oportunidades, justiça e ética.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo L. C. **O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho**. São Paulo, SP: Boitempo, 2005. (Mundo do Trabalho)

Por referência de CASTRO (2014)

CONGRESSO NACIONAL. **Constituição Federal do Brasil**. Brasília: 1988.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL.....(DIEESE). Nome do documento, editora, cidade, ano.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. Por o nome do documento, editora, cidade, ano.

FUHRER, Maximilianus C. A; FUHRER Maximiliano R. E. **Resumo de direito do trabalho**. 22 ed. São Paulo: Malheiros Editora, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Villela; Carvalho, Raul. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica.** – 22. Ed. – São Paulo, Cortez; [Lima, Peru]:CELATS, 2008.

IBGE/PNAD.

MARX, Karl. **O Capital:** crítica da economia política. Livro I. vol. I e II, 9ª. ed. trad. Reginaldo Sant'Anna. São Paulo: Difel, 1984.

MEIRELLES, Giselle Ávila Leal de. **Trabalho e "questão social" no Brasil contemporâneo para além da aparência dos indicadores.** Mimeo. Escola de Serviço Social. UFRJ, Rio de Janeiro: 2014.

NOGUEIRA. Cláudia Mazzei. **A feminização no mundo do trabalho: entre a emancipação e a precarização.** Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2004.

ORGANIZAÇÃO INTER.....(2009).

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Promoção da igualdade de Gênero e políticas de conciliação entre o trabalho e a família.** 2011.

SAFFIOTI, Heleieth L. B. **A mulher na sociedade de classes.** 3ª.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SILVA, Carla. **A Desigualdade imposta pelos papéis de homem e mulher: uma possibilidade de construção da igualdade de gênero.** Disponível em: http://www.unifia.edu.br/projetorevista/artigos/direito/20121/desigualdade_imposta.pdf
Acesso em: 28/02/2015.